

RELAÇÕES DE PODER E DE TRABALHO NA FAZENDA-ROÇA GOIANA

THE POWER AND THE LABOR RELATIONS IN “FAZENDA- ROÇA GOIANA”

RELACIONES DE PODER Y DE TRABAJOS EN “FAZENDA-ROÇA GOIANA”

Júlio César Pereira Borges¹

jcesar.ueg@gmail.com

Alex Tristão de Santana²

santanageoufo@gmail.com

RESUMO: O que se pretende neste artigo é fazer uma análise da relação de poder e trabalho constituinte no mundo sertanejo de Goiás sob a perspectiva da luta de classe na estrutura da Fazenda-roça goiana. Para dar plausibilidade a essa proposta, fizemos uso de um referencial bibliográfico que promove uma discussão da exploração do trabalho no mundo sertanejo goiano. Nessa perspectiva, realizamos também uma pesquisa empírica sobre a materialização dessa relação, utilizando da metodologia da fonte oral. Em tais termos, recorremos a um estudo que buscou capturar a multidimensionalidade da existência e diversidade laborativa do sertão goiano, tendo como centralidade a categoria trabalho. Chegamos ao resultado de uma realidade violenta, desigual, opressiva e injusta no mundo rural sertanejo, confrontada pela luta e resistência por parte dos trabalhadores da terra.

PALAVRAS-CHAVE: Luta de Classe. Poder. Trabalho. Resistência.

ABSTRACT: The goal of this paper consists in carrying out an analysis of the constituent power and work relationship in the Goiás countryside, under the perspective of class conflict in the “Fazenda-roça Goiana” structure. To provide this proposal with proper plausibility, we have used a bibliographical database that promotes a discussion on the exploitation of work in the Goiás countryside. Under this perspective, we have also conducted an empirical research on the materialization of this relationship, by employing the oral source methodology. In these terms, we performed a study to capture the multidimensionality of the existence and labor diversity in the Goiás countryside, with focus on the work category. Results have outlined a violent, unequal, oppressive and unfair reality of the rural world. But, in addition, of combat and resistance by the farm workers.

KEYWORDS: Class Conflict. Power. Working. Resistance.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es analizar la relación entre el poder constituyente y el trabajo en el mundo fuera de pista de Goiás desde la perspectiva de la lucha de clases en la estructura “Fazenda-roça goiana”. Para dar credibilidad a esta propuesta, hemos hecho uso de una referencia bibliográfica que promueve la explotación laboral de la discusión en el mundo fuera de pista goiano. Desde este punto de vista también hicimos una investigación empírica sobre la materialización de esta relación, utilizando la metodología de la fuente oral. En esos términos, se recurre a un estudio que trató de capturar la multidimensionalidad de la existencia y la diversidad productiva de trabajo de Goiás interior, con la centralidad de la categoría de trabajo. Nos dieron el resultado de una realidad

¹ Professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Campus de Pires do Rio.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA-UFG) e Professor do Instituto Federal Goiano, Campus Trindade.

violenta, desigual, opressivo e injusto el campo fuera de pista. Sino también de la lucha y la resistencia de los trabajadores de la tierra.

PALABRAS-CLAVE: La Lucha de Clases. El poder. Trabajo. Resistencia.

INTRODUÇÃO

Inicialmente é necessário dizer que a conceituação do termo Fazenda-roça goiana consiste na designação da organização espacial de Goiás que perdurou por aproximadamente duzentos anos, final do século XVIII a meados do século XX. Nesse período, a Fazenda-roça goiana caracterizou-se por uma realidade intrínseca aos moldes da ruralidade, na qual se fundamentava Goiás e a existência sertaneja. Essa organização espacial suportou e condicionou a estruturação da sociedade sertaneja goiana evidenciada nas relações econômicas, nas relações de poder e nas representações culturais que configuraram a realidade de Goiás do sertão.

Essa matriz espacial persistiu até meados do século XX, quando a modernização do território brasileiro, pela via da modernização do campo, atravessou o Estado de Goiás e a inseriu na dinâmica da reestruturação produtiva do capital. Tal fenômeno promoveu uma ruptura organizacional do espaço, dado a sua reorganização efetivada pelo agronegócio. Com isso, uma nova divisão regional do trabalho em Goiás acarretou no fim da hegemonia da Fazenda-roça goiana.

O termo Fazenda-roça goiana como uma proposta conceitual é pautado no uso linguístico do povo goiano, que ao se reportar à fazenda designa-a como roça. Assim, o rural é conhecido e verbalizado como roça. A palavra roça tem uma ligação intrínseca com o sertanejo envolto ao trabalho, à plantação, à forte ligação com a terra. Elementos que simbolizam a organização espacial de Goiás da época.

É inerente também a essa conceituação o sentido de hierarquia, que compõe a relação de classe nessa estrutura, evidenciando relação de poder e domínio entre fazendeiro e agregado. Como será detalhado adiante, o termo Fazenda-roça está também atrelado ao sentido de classe em Goiás. A fazenda como indicativo da posse da terra e o do poder advindo dessa posse. A roça como indicava do trabalhador despossuído da terra.

Cabe dizer que a junção das palavras fazenda e roça implica pensar uma estrutura produtiva que comandou Goiás da época, enfatizando relações e situações de uma sociabilidade advinda dessa estrutura. Nesse sentido, reafirmamos que a Fazenda-roça goiana é entendida como o espaço do sertanejo, sua morada, onde o sertanejo se espacializa, produz

o seu mundo e a si mesmo.

O trabalho como categoria e elemento da produção e reprodução da vida em sociedade é um móvel essencial quando se busca a compreensão dos contornos alcançados pela vivência, pela rotina, conquanto traços socioculturais gerais que permearam os arranjos do que aqui se nomeia Fazenda-roça goiana. O entendimento do trabalho se constitui como base para a compreensão interativa dos sujeitos instituídos às relações de produção, dos instrumentos e forças produtivas, sua distribuição econômica e também as relações de poder³.

Uma possibilidade efetiva na análise da Fazenda-roça goiana, pela via do trabalho, é a compreensão da chamada sociedade do trabalho. Sem anuir à noção econômica-estrutural que subsume subjetividades às regras do mercado ou ao dinamismo transterritorial da estrutura, o mundo sertanejo goiano é elaborado no compasso do trabalho, sobretudo da incansável faina familiar, afetando, inevitavelmente, a totalidade dos conteúdos sociais, históricos e culturais. Daí o trabalho simples, fruto do sujeito simples e de instrumentos de produção igualmente simples, como a enxada, a foice, o machado, dentre outros. Vistos no imaginário como atrasados, são expressões também de relações de poder, portanto, definidores da organização de classe e da sociabilidade do mundo sertanejo goiano.

A reflexão sobre o trabalho recai, dessa forma, na sociabilidade sertaneja de Goiás. Parte-se então do pressuposto que esta é o todo existencial que reflete o conjunto das relações entre homem\natureza e homem\homem na produção e reprodução da Fazenda-roça goiana. Essa condição envolve alguns elementos decisivos que merecem uma discussão mais aprofundada. Primeiro, o trabalho como articulação da sociabilidade. Segundo, as condições conjunturais do momento histórico como direcionadoras da relação homem\natureza e homem\homem no contexto da totalidade do mundo. Essa situação reflete a interação do meio, da condição técnica e da regulação institucional no ordenamento particular da Fazenda-roça goiana.

No que se refere às condições conjunturais do momento histórico, parte-se do princípio de que a cada momento a sociedade estabelece uma relação local com o espaço, mediada por uma condição técnica nascida das experiências locais, porém direcionadas pela condição totalizadora de cada período. Como já afirmado anteriormente, o lugar não está alheio ao mundo, mesmo que essa interação pareça distante.

A sociabilidade sertaneja da Fazenda-roça goiana é assim entendida como o modo de

³ Deixamos claro que, para nós, o trabalho ultrapassa a sociabilidade, ele é alavanca da produção do espaço. Por isso, constitui a produção do valor e a luta de classes.

existir construída e mediada pela rede de relações advindas de sua organização espacial. Essa organização envolve mediações das condições naturais, das técnicas de produção e das instituições que refletem a particularidade e a influência externa nessa existência.

O MUNDO DO TRABALHO NO TERRITÓRIO SERTANEJO: EXPLORAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DO TRABALHADOR(A) NA FAZENDA-ROÇA GOIANA

Se a sociabilidade resulta das relações e práticas contraídas pelos sujeitos nas suas múltiplas interações e no seu intercâmbio com a natureza, importante se faz compreendê-la em sua complexidade. A morfologia do trabalho é o caminho possível para desvelar a trama de situações que envolve uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras, sistemas de produção, articulação econômico-espacial e contradições, marcada pelo controle social e pela dominação de classe.

A ideia de pensar a Fazenda-roça goiana a partir dos sujeitos que trabalham fundamenta-se num propósito de destacar a validade dessa categoria no processo de investigação geográfica. Elemento mediador da interação entre sociedade e natureza, constitui-se componente primordial na relação entre os homens e deste com o substrato natural. Resulta desse processo o espaço geográfico, produto e produtor das práticas sociais e culturais. Assim, fundamenta-se no sentido ontológico do trabalho, num diálogo com Engels (1876, p. 1), ao dizer que o mesmo “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

Entender a morfologia do trabalho na Fazenda-roça goiana significa também adentrar o mundo sertanejo, perceber a relação dos sujeitos com as condições físicas-naturais, com a imposição da distância em relação às áreas mais povoadas, o que criou sociabilidades singulares, podendo ser expressas nas diversas atividades desenvolvidas pelos povos do sertão. Através das práticas laborais também se vislumbram conexões com o processo de expansão da econômica capitalista. Notadamente, é na submissão do trabalho, nesta organização produtiva, que esse processo se encontra, o que se revela a partir das contradições, das situações de exploração e dominação/controlado de trabalhadores e trabalhadoras.

Outro aspecto inserido nessa proposta diz respeito à necessidade de apresentar novas interpretações para o período histórico que compreende a constituição da identidade sertaneja no território goiano. Alguns autores, a exemplo de Estevam (2004), fazem referência a esse período como fundamental no entendimento da formação econômico-social

de Goiás, sendo que a fazenda criadora de gado foi responsável por forjar uma sociabilidade marcada pela “homogeneização do trabalho”. Fazendeiro e agregado, por exemplo, tinham atividades laborais e hábitos alimentares muito parecidos, o que reduzia a hierarquia e a posição social entre esses sujeitos.

Contrário a essa visão “homogeneizadora”, a proposta que segue pauta-se na análise das particularidades, das contradições e das relações de poder expressas através da morfologia do trabalho na Fazenda-roça goiana. Reafirmamos que por não estar separado do movimento da sociedade, portanto do modo de produção capitalista que encontra-se em fase de expansão mercantilista, entende-se que o território goiano não vive em uma situação de isolamento. A própria presença dos tropeiros e vaqueiros nos campos do Planalto Central brasileiro já indicava a ocorrência de múltiplas relações que a matriz espacial sertaneja mantinha com os centros dinâmicos do país. Decorrendo daí a ideia de que na Fazenda-roça goiana existiram relações de produção marcadas pela exploração do trabalho cuja acumulação pode ser evidenciada pela concentração de terras, pelas variadas relações comerciais e pelo poder político dos grandes fazendeiros, que marcou, por exemplo, o coronelismo nesse território.

Na matriz espacial da sociabilidade sertaneja, homens e mulheres enfrentam situações humilhantes, de afronta às condições mínimas da dignidade humana. Insere-se nesse contexto a posição dos agregados, dos meeiros, dos peões, dos posseiros, das lavadeiras, das fiandeiras, das quitandeiras, dos vaqueiros, dos carreiros e de tantos outros trabalhadores e trabalhadoras que encontravam-se submissos nesse sistema de organização social. Nesse universo, sertanejo “machismo” e “autoritarismo” dividem o poder apenas com os mandamentos divinos, muitas vezes convocados para justificar as injustiças cometidas. É a partir dessa delimitação teórico-metodológica que a morfologia do trabalho na Fazenda-roça goiana é compreendida.

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A MORFOLOGIA DO TRABALHO NA FAZENDA-ROÇA GOIANA

Ao pensar a morfologia do trabalho na Fazenda-roça goiana, uma primeira questão se apresenta à análise: como podemos classificar as relações sociais de produção e trabalho nessa organização espacial? Responder esse questionamento permitirá situar a Fazenda-roça goiana na divisão territorial do trabalho e ponderar que mesmo não comportando relações de assalariamento não é possível determiná-las não-capitalistas, simplesmente porque, apoiados em Santos (2014), na realidade o processo de expansão do capital se inicia pela constituição

do sistema colonial e se aprofunda com a formação do Estado nacional.

Essa proposta exclui a possibilidade de considerar a ocorrência de relações feudais no Brasil. Segundo Leite (2010), não é do feudalismo que se desenvolve o capitalismo na América Portuguesa, a acumulação ocorre via implantação do sistema colonial, cuja finalidade era promover a integração das colônias ao capitalismo mundial. Esse processo de acumulação primitiva permitiu, entre outras coisas, a Revolução Industrial na potência hegemônica europeia, portanto, existem diferenças fundamentais em relação ao modo de produção feudal.

O expediente colonial de produção de excedentes incorporáveis comercialmente baseava-se:

[...] na apropriação extensiva de terras que deviam se tornar rentáveis pelo emprego do trabalho escravo na produção de mercadorias tropicais. Esse mecanismo, não pressupunha a propriedade da terra como fundamento da mobilização do trabalho [como ocorreu na transição do feudalismo para o capitalismo]. (LEITE, 2010, p. 12).

A terra funcionava, antes, como garantia de permanente investimento agrícola, como é afirmado por Faoro (1991), ou seja, terra e capital não se encontravam autonomizados, constituindo a terra o meio por excelência de objetivação do capital. Assim, seria mais adequado considerar que houve, no período da Fazenda-roça goiana, que abarca um momento de transição entre o Sistema Colonial, o Império e a Primeira República, uma substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Essa nova morfologia foi uma condição história para a continuação da valorização comercial do capital, via produção de mercadorias agropecuárias para exportação, na forma de matérias-primas, para as metrópoles. “Esta característica antecipa a criação das condições de reprodução ampliada do capital, que envolve a imposição constante de separação dos trabalhadores dos meios de produção. (LEITE, 2010, p. 13)”⁴

Sendo assim, as relações de trabalho na Fazenda-roça goiana devem ser entendidas no seu contexto histórico, momento em que, no Brasil, o quantitativo de população excedente ainda não era suficiente para intensificar a separação entre trabalhadores e meios de produção (a terra), condição essencial para a consolidação das relações de assalariamento. Assim, formava-se uma organização do trabalho particular baseada no regime de agregação, no qual ainda não era possível estabelecer uma rígida separação entre trabalho, propriedade

⁴ No Brasil esse processo tem de autonomizar (e o faz lentamente) o trabalhador da terra, mas também o capital da terra e o Estado do capital, que se encontram mesclados, respectivamente, nas personificações do trabalhador e do proprietário fundiário.

da terra, capital e Estado (LEITE, 2010), embora fosse possível verificar um processo de acumulação a partir da exploração do trabalho. A descrição da morfologia do trabalho na Fazenda-roça goiana vai auxiliar na compreensão do debate proposto.

O ponto de partida é entender a constituição da Fazenda-roça goiana. Para Estevam (2004), que analisou a formação econômico-social de Goiás, a grande fazenda caracteriza-se como a principal unidade produtiva no período que compreende o século XIX. Segundo o autor:

A unidade básica - fazenda de gado - lidava tanto com a pecuária extensiva quanto com a agricultura de subsistência, atividades que constituíram um genuíno complexo produtivo. Pecuária extensiva-agricultura de subsistência significou um processo único, uma totalidade e não dois segmentos produtivos separados. A criação de gado, tanto no norte como no sul da província, exigia a produção de alimentos e esta, por sua vez, na incapacidade de desenvolver-se enquanto atividade autônoma, refugiou-se na organização produtiva criatória. (ESTEVAM, 2004, p. 44-45).

Originária de uma estrutura fundiária marcada pelo latifúndio e pela posse, a Fazenda-roça goiana formou-se por meio do sistema de concessões de sesmarias, mas também com a apropriação desregulamentada do solo que permitiu a concentração de terras e a manutenção do poder por algumas famílias. Frente à imensidão do território goiano, alguns optaram pelas fronteiras tomando posse de pequenas parcelas para garantir a sobrevivência. Outros que não tiveram condições de adquirir concessões agregaram-se nos latifúndios.

Essa situação esteve atrelada à formação da propriedade da terra defendida por Martins (1979) como excludente e concentradora, o que na visão de Oliveira (2001) consiste no modelo de privação da propriedade da terra implantado pelo capitalismo no Brasil, o que se constituiu histórico no país com ênfase aos dias atuais, delineado pela modernização da agricultura. Segundo Oliveira (2001).

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez

mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, de João Goulart, os militares procuraram re-soldar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votaram a legislação sobre a Reforma Agrária. Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos. (OLIVEIRA 2011, P. 186)

Estevam (1997) ressalta que no regime de concessão de sesmarias os menos favorecidos eram excluídos da condição de proprietários, justamente por não se enquadrarem na situação de “homens de bens”. Essa conjuntura favoreceu a reprodução da figura do agregado e também do posseiro. Acrescenta-se a essa análise que o próprio regime de concessões e posteriormente a Lei de Terras, de 1850, foram instrumentos de constrangimento do livre acesso à terra. Conforme Leite (2010), além de contribuir com a manutenção do processo de acumulação do capital, via expansão da fazenda agropastoril, esse expediente cumpriu função importante na criação das condições de amadurecimento das relações de trabalho tipicamente capitalistas.

O fazendeiro-proprietário foi o sujeito que se encontrava em posição mais favorável na hierarquia social do período da Fazenda-roça goiana. Detentor da concessão da propriedade da terra desfrutava de posição de poder sobre os demais sujeitos. Os fazendeiros que dispunham de contatos políticos ainda conseguiam maiores parcelas, beneficiando-se também da deficiência dos sistemas de demarcação, medição e registro dos estabelecimentos. Negociavam condições específicas para aceitação de agregados, parceiros, meeiros e outros sujeitos, necessárias à manutenção e expansão da grande propriedade.

Essa situação, todavia, não isentava o fazendeiro da lida com atividades de trabalho. Ele realizava funções produtivas, desde as relacionadas ao manejo do gado até às ligadas ao cultivo e beneficiamento de alguns produtos como arroz, feijão, cana, açúcar, cachaça, rapadura, queijo, manteiga, coró etc. Apesar da vida simples, rústica e avessa às relações comerciais, o fazendeiro tradicional mantinha vínculos com o mercado, sobretudo através da comercialização do gado. Tal atividade decorreu de uma racionalidade singular, orientada pelas condições da região, pela cultura desenvolvida e combinação de recursos e experiências de vida.

Entre os fazendeiros-proprietários ainda havia uma distinção, pois os mais abastados também buscavam o poder político. No período Regencial no Brasil (1831- 1840), proprietários de terras e de escravos adquiriam títulos militares, entre eles os de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. Isso dava a esses sujeitos o precedente de prender e julgar pessoas. Essa prática, que marcou a formação da Guarda Nacional do Governo Imperial, contribuiu para o surgimento do “coronelismo” no Sertão brasileiro, o que ampliou o poder econômico e político dos grandes proprietários de terras. Com o precário sistema de regulamentação da propriedade fundiária ficava ainda mais fácil manter a sua concentração e submeter agregados e posseiros às condições de exploração.

Essa condição contrapõe-se a Estevam (2004), que aponta uma “homogeneização das relações de trabalho” na fazenda do século XIX. Abre-se, assim, a possibilidade de problematizar as relações sociais de trabalho e evidenciar suas particularidades e contradições. Isso reforça a tese de Leite (2010) que defende a existência de relações de exploração do trabalho na fazenda agropastoril do século XIX, condição pela qual foi possível prosseguir com a acumulação de capital iniciada no sistema colonial, a qual era realizada via exploração do trabalho cativo.

Nesse sistema de divisão social do trabalho, os posseiros ocupavam uma posição de desvantagem em relação aos grandes fazendeiros. Gozavam de certa autonomia, pois trabalhavam com a família em suas parcelas de forma independente dos fazendeiros, cultivavam a terra, criavam pequenas quantidades de animais e beneficiavam alguns produtos.

Essa autonomia relativa, gozada pelos posseiros, permitia o desenvolvimento de práticas de trabalho pautadas na solidariedade e não condicionadas à lógica mercantil. Entre elas encontram-se os mutirões, que consistiam em estratégia eficaz de realização de atividades dispendiosas. Mais do que isso, o mutirão também traduz uma prática sociocultural tendo em vista sua associação a movimentos festivos e religiosos. Segundo Cândido (1977) essa atividade:

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal.

(CÂNDIDO 1977, P. 68)

Entretanto, do ponto de vista da inserção dos posseiros no sistema produtivo dominante vale considerar que eles não estavam isentos do processo de expansão da grande fazenda. Nesse aspecto, pondera-se que esses sujeitos cumpriam função importante na formação da grande propriedade, com a constituição de capital fixo, através da materialização do trabalho morto nas pequenas glebas. A formação de roçados, de pastagens, a construção de cercas e benfeitorias, todo esse trabalho acumulado era incorporado aos latifúndios a depender dos interesses dos grandes proprietários. Como os pequenos agricultores não possuíam a documentação de suas glebas tornavam-se vítimas dos interesses políticos e econômicos dos fazendeiros.

Geralmente o avanço do latifúndio ocorria acompanhado da ameaça, da violência e da agressão, o que obrigava os posseiros a negociarem uma forma de agregação à grande propriedade, ou mesmo a abandonar todo o trabalho realizado e deslocar para as fronteiras para reproduzir sua existência distante dos interesses latifundiários.

Desprovidos de recursos e condenados a uma vida de submissão, os agregados, por sua vez, desempenhavam papel central na manutenção da grande propriedade rural. Apesar de realizarem atividades semelhantes a dos fazendeiros, sua condição de subordinação estava expressa pela não garantia de permanência na terra. Para Estevam (1997, p. 52), “O contrato entre o fazendeiro e o agregado era verbal e sempre rompido quando o primeiro necessitasse da área ocupada pelo último”. Assim, o sistema de agregação constituiu-se como principal mecanismo de controle social do trabalho na Fazenda-roça goiana. É nele que se fundamentava o constante processo de expansão da grande propriedade.

De acordo com Estevam (2004), a origem do agregado esteve vinculada ao próprio sistema de concessão das sesmarias. Como os “homens de bens” e os donos de escravos eram beneficiados no acesso às terras, aos despossuídos restavam buscar as condições de sobrevivência a partir da estrutura imposta.

A maioria estabeleceu-se dentro do latifúndio como morador, trabalhando como artesão ou cultivando para a própria subsistência; alguns tornaram-se sitiantes, contribuindo para o abastecimento das fazendas e funcionando como reserva de mão de obra para qualquer serviço e no todo, representaram uma espécie de “clientela” dos grandes fazendeiros. (ESTEVAM, 2004, p. 46).

Ao se referir ao sistema de agregação na fazenda mineira, Leite (2010) argumenta que o agregado e sua família vivenciavam uma condição de total disposição ao sistema

estabelecido. Ele deveria atender de forma integral às demandas da fazenda, que não eram poucas: construção de açudes e represas, manutenção do curral, abertura e preservação de caminhos, construção de pequenas edificações, fabricação de instrumentos de trabalho, ordenha do gado, alimentação dos animais, consertos nas instalações da fazenda, construção de cercas entre outras atividades. Contraditoriamente, era no seu tempo livre que ele poderia plantar sua roça, ou realizar atividades não ligadas diretamente aos interesses do fazendeiro.

Como bem colocou Estevam (2004), no sistema de agregação da Fazenda-roça goiana a sujeição do agregado se operava por contrato/acordo verbal. Isso ocorria exclusivamente entre o fazendeiro e o chefe da família agregada, portanto, era um sistema marcado pelo “machismo” e pela sujeição de toda a família. Em casos de novas adesões ao regime, sobretudo por demanda de estabelecimento de moradias para os filhos que formam núcleos familiares, uma renegociação era realizada com o fazendeiro.

Várias foram as estratégias de manutenção do sistema, o que desmistificava qualquer possibilidade de livre escolha do agregado. Além das relações e acordos firmados, vale lembrar o papel do sistema de endividamento e do abuso de poder nesse processo, reafirmando a defesa de Leite (2010) ao falar que o regime de agregação se formava pela necessidade de controle social do trabalho a partir do qual era possível extrair um mais-valor das atividades realizadas.

Assim, agregado e sua família, atuavam em duas formas de trabalho aparentemente contraditórias (LEITE, 2010). Primeiramente se encarregavam das atividades laborais desenvolvidas diretamente na fazenda, as quais incluíam desde a plantação de pequenas lavouras até a manutenção das instalações da grande propriedade. Num segundo momento, nos tempos de folga, dedicava-se às atividades necessárias para a produção dos meios de vida. O nível de exploração da força de trabalho era tão agressivo que auxiliava na compreensão da importância do sistema de dominação fundado na violência e no abuso de poder para a manutenção dessa organização social do trabalho. A exploração do agregado não era condição só do trabalho, mais acima de tudo da sua existência.

Em situação semelhante também encontravam-se meeiros e arrendatários. Sem o livre acesso às terras dedicavam-se à agricultura nas grandes propriedades. Não eram obrigatoriamente agregados ou posseiros, tendo em vista que nos pequenos arruados⁵ também havia trabalhadores livres que perambulavam em busca de afazeres. Os cultivos poderiam se destinar à alimentação da família como também à comercialização. No caso dos meeiros, o destino da produção poderia variar entre comercial ou para consumo próprio,

⁵ Pequeno aglomerado urbano.

porém esta não era a situação dos arrendatários que alugavam pequenas glebas para cultivo de produtos comercializáveis.

No que se refere ao sistema de pagamento da renda da terra, a meia parte da produção era adotada pelos meeiros. Já para os arrendatários, o aluguel da gleba poderia ser remunerado de outra forma, não necessariamente com a produção. Entre as duas formas de trabalho, o meeiro aparentemente era mais aceito, uma vez que os riscos assumidos pelo fazendeiro eram menores. Na pior das hipóteses, o proprietário ficava com a meia parte da produção. De qualquer forma, as atividades realizadas por meeiros e arrendatários também permitem verificar o peso da propriedade da terra na expropriação do mais-produto do trabalhador. Essa forma de remuneração pela utilização da terra teve papel central na expansão da grande propriedade e manutenção do sistema de dominação.

Peão e o capataz também eram figuras presentes na Fazenda-roça goiana. Ao peão coube amansar animais de montaria e auxiliar vaqueiros no manejo do gado. Tanto o peão como o capataz poderia ser agregado ou posseiro, mas as atividades realizadas eram especializadas. Em algumas situações o peão também se ocupava do transporte do gado para as invernadas, matadouros e charqueadas. Nesse caso, a viagem era longa e exigia habilidade com o rebanho e o conhecimento das estradas e pontos de parada e pouso. Era contratado também por compradores de gado, vaqueiros, que se ocupavam de reunir e comprar grandes boiadas para serem comercializadas diretamente nos matadouros, ou nas invernadas, lugares especializados na engorda do gado. Segundo Chaul (2010):

A figura do boiadeiro foi fazendo história pelas terras goianas. Peão de boiadeiro ou peão de boiada, dispostos ao destemor e a aventura, esse tipo de trabalhador moldado pela pecuária tornava-se cada vez mais apegado às suas, cada vez mais sedentarizado em seu território, senhor de suas esperanças, dono de horizontes pré-traçados, ligado que como por uma raiz ao solo e ao gado nele produzido. Ao gado principalmente, por ser ele um elemento primordial para a consolidação da atividade. (CHAUL, 2010, P. 128)

Pode-se dizer que no período da Fazenda-roça goiana a pecuária foi a atividade que possibilitou e deu sentido à circulação no Sertão de Goiás. Por tratar-se de uma mercadoria autotransportável, o boi registrou presença marcante nesse território assim como contribuiu para alargar as fronteiras do interior do país. A agricultura associou-se como atividade complementar às unidades produtivas, tendo em vista a precariedade das vias de transportes e dos sistemas de locomoção, o que impossibilitou sua prática comercial. Dessa forma, o peão, sobretudo o viajante, ocupava uma função de relevo na organização socioespacial da Fazenda-roça goiana, pois ele estabelecia conexões com as praças de comércio, conhecia os

caminhos, rompia o isolamento e carregava consigo as informações e as novidades.

O capataz, por sua vez, cumpria uma função essencial, relacionada à manutenção do poder político-econômico do fazendeiro. Fiscalizava as atividades produtivas da fazenda e cobrava dívidas contraídas por agregados, posseiros, meeiros, arrendatários e peões. Nas ações de incorporação de glebas de posseiros também era figura central, pois, equipados com armas, lançava mão do expediente da intimidação e da violência. Por outro lado, também auxiliava na segurança da comercialização de rebanhos, assumindo a responsabilidade de evitar prejuízos aos patrões. Sua presença refletia a fragilidade e a pouca autonomia do Estado e de sua força coercitiva nessa organização social.

No contexto do trabalho no interior da Fazenda-roça goiana, agregados, meeiros, arrendatários, posseiros e peões estavam submetidos a diversos mecanismos de controle. Entre eles destacava-se o endividamento. Para trabalharem e garantirem a reprodução da família, esses sujeitos necessitavam de ferramentas e mantimentos como: foice, facão, enxada, sal, vestimentas etc. O “sistema de barracão” garantia o fornecimento desses e de outros produtos a crédito e era mantido por grandes fazendeiros. A dívida contraída era paga com a produção e também com o rendimento do trabalho. Nesse cenário, se estabelecia uma relação de subordinação ao fazendeiro, forçando a aceitação das condições impostas. Em alguns casos, o não pagamento da dívida levava à tortura e à execução, como ocorreu no caso de Supriano, no conto “A Enxada”, de Bernardo Élis (1991)⁶.

Esse sistema de comercialização de mercadorias necessário à reprodução da existência funcionava tanto como mecanismo de apropriação de excedentes do trabalho como também de manutenção do controle social. Na compra e venda dessas mercadorias ganhos comerciais eram obtidos de forma monopolística pelo fato da inexistência da livre concorrência. Por outro lado, como na venda das mercadorias era instituído um sistema de crédito, uma outra forma de submissão era contraída, pois sempre havia necessidade de adquirir tais mercadorias do mesmo barracão.

Como suporte à expansão da Fazenda-roça goiana, algumas atividades se desenvolveram como, por exemplo, as realizadas pelos tropeiros e vaqueiros. Esses sujeitos não estavam diretamente subordinados aos fazendeiros, pois boa parte do seu tempo era dedicado às longas viagens. No itinerário, fazendas e arraiais eram visitados, onde encomendas eram solicitadas e produtos, de toda sorte, comercializados. Assim, a vida de tropeiros e vaqueiros compunha-se de uma constante despedida. Ao planejar a viagem, ao vivenciar as diferentes paisagens, ao estabelecer contatos com distintos arruados, ao

⁶ Ver mais em Élis (1991).

enfrentar as ríspidas condições físico-naturais do cerrado, ao lutar pela sobrevivência nas condições adversas, os tropeiros se forjavam como sujeitos profundamente conhecedores da vida no sertão. Tal atividade demandava habilidades precisas e impressionava o homem sertanejo:

O trole leve da burrada resultava dos esforços do tropeiro. Exibia-se sempre a pé, mas suas pernas em arco denunciavam o velho hábito da montaria. Seu burro de estimação troteava sozinho, exibindo largos metais de prata reluzente na cabeça. A comitiva obedecia cegamente ao condutor, era ele quem tratava dos negócios. Seu vozeirão rouco e elevado, em meio aos ásperos estalos de chibata, embevecia os caboclos no estradão; era para ele que as belas caboclas do interior olhavam arteiras e com gestos provocantes. De fato, ser tropeiro nunca foi simples profissão, mas expressão sentimental de toda uma existência. (ESTEVAM, 2008, p. 502).

Aos tropeiros cabia a função de garantir a conexão entre o litoral e o sertão. Em comboios, que variavam de tamanho, mulas, burros e carros de bois servia à montaria e ao transporte de cargas. Enfrentavam caminhos e estradas precárias, marcadas também pelos riscos das tocaias e assaltos. Por isso, o comboio era necessário, bem como o conhecimento aprofundado das distâncias e locais seguros para estabelecimento de pousos e paradas para descanso. No lombo das mulas e nos assoalhos dos carros de bois, “Conduziam[-se] mantimentos, tecidos, armas, ferramentas, alpercatas, ferraduras, panelões, sal, fumo, cachaça, móveis, enfim, uma imensa e variada coleção de mercadorias.” (ESTEVAM, 2008, p. 499).

Essa atividade, que teve início com a economia do ouro, prolongou-se por muito tempo, garantindo sua existência no contexto da Fazenda-roça goiana. Só perdeu em importância para a figura do vaqueiro, tendo em vista o papel assumido pela pecuária após a crise das reservas auríferas. Apesar da vida rústica nas propriedades rurais, algumas mercadorias eram necessárias. E sempre havia de encontrar nos armazéns dos pequenos arraiais e nos barracões das grandes fazendas fumo, cachaça, ferramentas de trabalho, medicamentos, mantimentos e mercadorias diversas, produtos consumidos pela população rural. Isso justificava o incansável trabalho dos tropeiros no seu ir e vir pelas estradas e caminhos do sertão.

O vaqueiro, para Estevam (2008), cumpriu função basilar na organização econômico-social do período da Fazenda-roça goiana. Por constituir-se em principal produto exportável pelas unidades produtivas sertanejas no século XIX, o gado e as atividades ligadas à pecuária foram responsáveis pelo surgimento de importantes localidades: Itumbiara, Rio Verde, Jataí,

Mineiros, Cristalina, Anápolis e outras. O vaqueiro, além de lidar diretamente com o manejo do gado, também era incumbido de transportar grandes boiadas para as praças de comércio. Conduzia o rebanho pelos caminhos e estradas que serviam “[...] de veias condutoras para centenas e centenas de garrotes, todos para engorda nas terras do Triângulo e posterior abate em São Paulo”. (ESTEVAM, 2008, p. 483).

O trabalho do vaqueiro revestia-se de grandes habilidades, desde o conhecimento da montaria, do aspecto da manada, da segurança e dos riscos dos caminhos até da hospitalidade dos lugares visitados. Da mesma forma que o tropeiro, vivenciava e se apropriava profundamente da paisagem do sertão. O ato de viajar compunha uma existência marcada pelo constante movimento do pensamento e dos sentidos.

[...] o ato de preparar uma viagem já era viajar. O caboclo do interior, ao ajuntar os utensílios e reunir cada peça do vestuário nos alforjes, já estava imaginando a sua utilização. Vivenciava cada detalhe de sua serventia. Já estava viajando. Tanto que os preparativos de uma viagem costumavam ser mais ricos e agradáveis do que a própria jornada. Quando um boiadeiro, ao cair da noite, dava uma olhada no tempo, na estação do ano, nos alforjes, na lua, aspirava o ar morno, sentia o cheiro da terra e pisava firme no toco do cigarro jogado ao chão, acabava de decidir a sua nova viagem. Restavam somente os preparativos para cumprir a gloriosa sina de conduzir bois, mulas e garrotes – sem qualquer pressa – para o horizonte da distância. (ESTEVAM, 2008, p. 480).

A figura do invernista também se destacava nessa organização social do trabalho, que permitia a expansão da Fazenda-roça goiana. Concentrando-se na antiga região do sertão da Farinha Podre, atual Triangulo Mineiro, esse sujeito tinha um lugar estratégico na bovinocultura que se desenvolveu no território goiano. Articulava todo o comércio de gado, entre os produtores e os matadouros. Com imensos currais de engorda, os invernistas desfrutavam das condições naturais dos solos, dos depósitos de sal em Estrela do Sul e da proximidade das charqueadas paulistas (ESTEVAM, 2008). O contato com a estrada de ferro Mogiana também permite compreender o desenvolvimento dessa atividade na região. Com o boi engordado na invernada, o lucro era garantido, pois o transporte até os matadouros paulistas nos vagões-estábulos não castigavam os animais, conservando o peso e o bom rendimento da carne.

Pode-se associar a figura do invernista a de um atravessador, capaz de vislumbrar no comércio a possibilidade de acumulação de capitais. Outro aspecto a ser analisado diz respeito à crescente demanda de alimentos por parte da província de São Paulo, cuja

atividade da cafeicultura encontrava-se em expansão. O invernista, consciente da oportunidade de negócios, logo se associou a outros atores para garantir o fornecimento de produtos. Dessa forma, com a contribuição dos invernistas, dos vaqueiros e dos donos de matadouros e charqueadas, a Fazenda-roça goiana se inseriu numa divisão regional do trabalho.

Por fim, cumpre falar do papel das mulheres na organização do trabalho capitaneada pela Fazenda-roça goiana. Apesar de quase sempre ser desconsiderado nas análises do mundo sertanejo, o trabalho feminino também cumpria função importante na reprodução das relações de produção. Lavadeiras, quitandeiras, fiandeiras, raizeiras, benzedadeiras, parteiras entre outras realizavam atividades que garantiam a manutenção da casa, da família e de toda sociabilidade sertaneja. Mulheres que compunham o núcleo familiar de agregados, posseiros, meeiros, peões, vaqueiros e despossuídos de forma geral.

Ao retratar o papel da mulher nas cidadezinhas do sertão, Estevam (2008) argumenta que:

Quase não se fala nas anônimas lavadeiras, quitandeiras e tecedeiras [...]. Sabe-se da ocupação ininterrupta de mulheres nos córregos, no calor das cozinhas e no barulho descompassado do tear. Roupas limpas, remendadas com capricho, sovadas na pedra quente e estendidas nos fundos de quintais. Quitandas, licores e doces preparados com bastante antecedência para as festas do ano. Carços de algodão perdidos pelo chão frio e batido de terra vermelha dos casebres, fios, brancos como a neve, dependurados pelos portais, e tecidos grossos com desenhos criativos e coloridos recortados, empilhados na despensa. Ao todo, peças reveladoras de uma árdua, contínua e anônima ocupação feminina. (ESTEVAM 2008, P. 491)

Tais atividades, descritas pelo autor, apesar de serem apresentadas como existentes nessas cidades, também se faziam presentes no cotidiano da Fazenda-roça goiana. Alguns autores, como Élis (1965), mencionam o empenho das mulheres no trabalho pesado nas roças. Como a relação de agregação envolvia uma negociação prévia e também o endividamento, os serviços prestados na fazenda pelos agregados deveriam manter uma regularidade. Isso obrigava todos a uma vida de submissão, sendo que na falta de algum membro da família, sobretudo por motivos de saúde, os outros(as) deveriam cumprir com os compromissos assumidos. Nesse caso, mulheres e crianças também estavam sujeitos ao trabalho pesado.

Essa é uma visão panorâmica da morfologia do trabalho na Fazenda-roça goiana. As diversas atividades descritas acima ajudaram a perceber a complexidade das relações sociais

de trabalho que envolveu essa unidade produtiva e sua organização espacial. As práticas dos múltiplos sujeitos pesquisados contribuíram diretamente para a formação da identidade sertaneja. Por outro lado, também possibilitaram enxergar que na relação entre grande proprietário de terra e trabalhadores e trabalhadoras sertanejos houve sim uma relação de exploração, que também contribuiu diretamente para um processo de acumulação de capital verificável a partir da expansão da propriedade fundiária.

CONDIÇÕES EMPÍRICAS DA RELAÇÃO DE PODER E TRABALHO NA FAZENDA-ROÇA GOIANA

Imbuídos por esse debate, realizamos uma pesquisa com sujeitos oriundos dessa realidade, dando visibilidade a suas experiências no âmbito da relação entre agregado e fazendeiro na produção de alimentos. Foram entrevistadas 20 pessoas, as quais relataram algumas experiências vividas. Elas foram previamente divididas em 2 grupos de 10 pessoas, sendo um grupo de origem de agregados e outro de origem de fazendeiros. Fato justificado pela necessidade de perceber a representação de cada grupo no que se refere ao trabalho no sertão.

O ponto de partida para esse procedimento foi a ideia de “Economia de abastança”, expressão de Bertran (1978) para designar a produção de alimentos superior à necessidade de sobrevivência do sertanejo e “Economia do excedente”, expressão de Borges (1990), ao se referir à ocorrência do excedente e ao comércio local, em muitos casos pelo escambo de produtos já que o dinheiro moeda era objeto raro para a realidade de Goiás durante o período da Fazenda-roça goiana.

Com as entrevistas, foi possível perceber que a prática de comercialização local da sobra pelo sertanejo goiano era comum e já planejada desde o momento da plantação. Não se produzia apenas para o consumo, havia uma intenção de sobra para a comercialização, mesmo porque a forma de adquirir o que não era produzido na unidade fazenda se dava pela comercialização do que sobrava. Esse fato, permite defender que o conceito de subsistência esteve mais inteirado ao sistema de existência do sertanejo do que à simples produção de alimentos. “O homem não precisa só de comida, mas de uma organização para obter comida” (CÂNDIDO, 1977, p. 49).

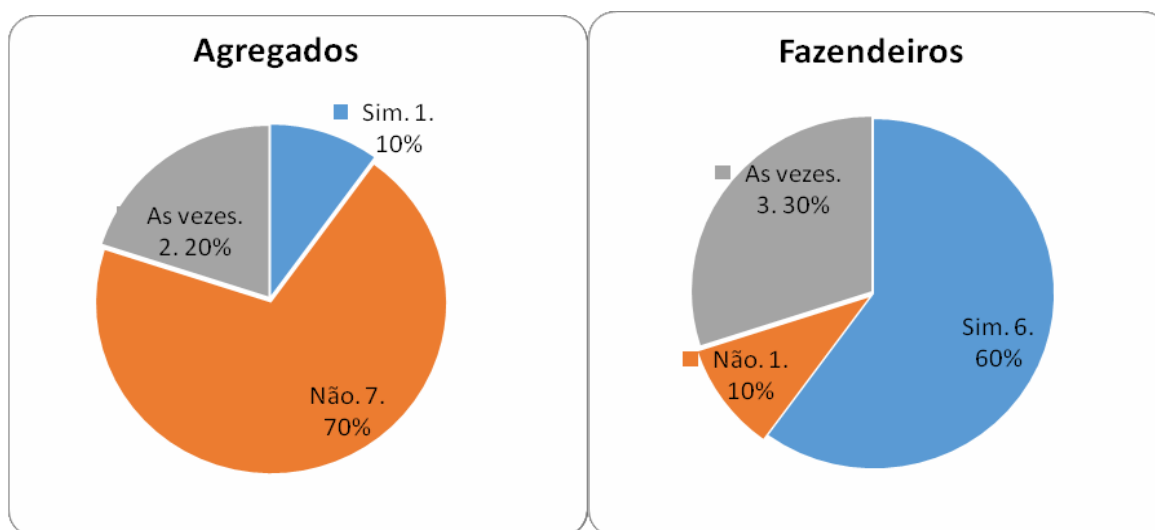
Ao produzir excedente no vislumbre da aquisição do não produzido por ele, o sertanejo, pela via do comércio local, foi inserido na rede de dependência do outro, do qual também dependeu sua existência. A produção do excedente ultrapassou o limite do mínimo vital ao elevar a subsistência sertaneja ao nível das relações sociais. Nesse sentido, a

individualidade da autossustentabilidade passou a ser questionada.

Ainda no bojo da questão, discorda-se de estudiosos que afirmam que na sociedade sertaneja goiana havia uma produção de abundância, termo popularizado como fartura. Discordância alimentada pelo alijamento da sociedade de classe da época, figurada no fazendeiro e no agregado. A tuaia cheia era uma condição do fazendeiro, contrária à do agregado que se valia das peripécias individuais, como caça e pesca para complementar a alimentação. O que é confirmado pelo senhor José, 83 anos, filho de agregados. Quando questionado se a vida na roça era de fartura, respondeu:

Fartura nada. Nois trabaiava o dia intero, de sol a sol, em troca de um litro de banha... As veis cabava o arroiz nois cumia mandioca com feijão e farinha até coiê o arroiz de novo... Carne era de argum bicho e de peixe que tinha muito naquela época. Teve um ano que não deu arroiz, nois cumemo mandioca o ano todo... Nois se virava pra vivê, nois era dez irmão, famia grande né? Era uma pobreza danada, mais cumê nois cumia todo dia.

Ainda sobre o excedente, percebeu-se a complexidade do assunto durante as entrevistas. Houve, em relação a isso, diferenciação nos posicionamentos dos entrevistados. As respostas foram diferentes de acordo com a origem dos participantes: se agregado ou fazendeiro. Para clarear a questão, tomamos como procedimento a classificação baseada em uma pesquisa na qual foi aplicado um questionário (anexo 3). Nesse questionário, os participantes quando questionados se no dia a dia do sertanejo no período da Fazenda-roça goiana havia fartura tinham a opção de responder sim, às vezes ou não. O resultado dessa pesquisa, gráficos 1 e 2, denota que a representação da abundância pertence ao imaginário do não agregado, o que é condicionado a sua condição de posse da terra e de independência na produção. O agregado submetido ao mínimo vital, dada à exploração do seu trabalho, não corrobora com a ideia. Sua representação é da pobreza e de sofrimento, acentuada na fala do senhor José. A imagem do contrário revela as contradições da existência sertaneja, como é demonstrado nos gráficos:

Figuras 1 e 2: Representação da abastança pelos agregados e fazendeiros

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

De posse do resultado, notamos uma variação das respostas no interior de cada grupo, o que reforça a complexidade da questão. No caso dos agregados, os 20% que responderam às vezes, em sua maioria, atribuiu o fato às intempéries naturais, lembrando determinado ano da década de 1940 em que não colheram arroz, componente básico da alimentação sertaneja, o qual, já lembrado na fala do Sr. José, foi substituído pela mandioca. Quanto aos que responderam sim, entendiam que a abastança consistia na possibilidade de se alimentar sem a preocupação da falta de alimento até a próxima colheita. Na verdade, estavam submetidos ao mínimo vital, mas não faltando o que comer (o “di cumê”, na linguagem sertaneja) se sentiam realizados.

Quanto aos fazendeiros, a representação da abastança foi muito forte. A produção diversificada, e em grande quantidade, foi eminente. No entanto, o índice dos que responderam às vezes é de 30%. A causa predominante também foi entendida como as intempéries naturais. Porém, a ideia de comercialização esteve presente no conceito de abastança dos fazendeiros, ao contrário do agregado que se preocupava com o mínimo Vital. O mínimo vital já era garantido ao fazendeiro pelo sistema de agregação. A preocupação era com a comercialização do excedente que garantiria o incremento do seu patrimônio, geralmente na compra de gado e de terra. Quanto aos que responderam não, tal resposta foi atribuída à condição de dificuldade condicionada pelo uso de técnicas “rudimentares”, falta de tecnologias e, ainda, pela não necessidade de produzir em grande quantidade por falta de mercado consumidor. Esses se dedicavam à pecuária, vislumbrando a comercialização mais fácil.

Ao analisar os componentes da pesquisa, a questão da abastança na Fazenda-roça goiana mostrou-se complexa e sujeita a determinadas condições da existência sertaneja. No entanto havia uma diferenciação clara entre a realidade do fazendeiro e do agregado, exigindo cuidado com a homogeneização da realidade sertaneja goiana. Nesse sentido, os defensores da abastança no Goiás da Fazenda-roça goiana cometeram o equívoco de alinhar a existência sertaneja do fazendeiro à do agregado, ignorando a relação de exploração. No mesmo patamar é questionável os que defenderam a camaradagem entre eles desviando a atenção da pedagogia do medo, instrumentalizada pelo catolicismo de roça que, no pacto de poder, deu margem ao mundo de obediência e à violência submetida aos desprovidos da posse da terra.

Destacamos que não somos partidários dos que veem somente obediência e indolência na relação de classes no período da Fazenda-roça goiana. Mesmo antes da sua consolidação, já no adentrar das bandeiras, a resistência se fazia proeminente em terras dos Goyases, como mostra a luta dos Caiapós que não aceitaram a subjugação do homem branco e resistiram bravamente a ele. Painel retratado por Lourenço (2011) em seu romance *Naqueles morros depois da chuva*, vencedor do prêmio Jabuti em 2012. A obra retrata a viagem de Luís de Assis Mascarenhas em direção ao Arraial de Santana, ocorrida em 1739. Na ocasião, o então governador da Província de São Paulo tinha como intenção preparar a terra dos Goyases para se tornar província autônoma. No computo da história estão passagens fidedignas das várias batalhas de resistência dos Caipós contra a comitiva que significava ameaça eminente a sua terra e a sua existência.

Outra forma de resistência, pouco discutida na produção acadêmica, porém corriqueira nas obras literárias regionais como nos contos “O Retireiro” e “A Luta”, pertencentes ao literato goiano Braz José Coelho, podem ser encontrados no livro *Rastros e Trilhas* (2009). Esses contos consistem no relato de entreveros, comum na realidade da Fazenda-roça goiana que não raramente colocava em disputa fazendeiros e agregados, fazendeiros e sitiantes, evidenciando conflitos por terra, por produção dos roçados dentre outros. Geralmente violentos, esses conflitos eram armados pelo abuso de poder dos fazendeiros, os quais não eram aceitos e resistidos pelos oprimidos.

No conto “O Retireiro”, também se faz presente a discussão do movimento messiânico Santa Dica, ocorrido em Pirenópolis-GO, no ano de 1923, entendido como o primeiro movimento em Goiás que questionava a propriedade particular da terra ao defender que a terra era dada por Deus e para todos. Esse movimento enfrentou a violência dos fazendeiros que aliada à força policial o dizimou, como é relatado em parte do conto:

Pois vai que a polícia chegou lá já era de noitão, caladinha, não fazendo barulho nenhum pra não espantar ninguém. E a gente na maior confiança na palavra da Santa. Chegou e cercou, por todos os lados, o arraial da Lagoa... Alvorço, gritaria, meninada chorando sem saber por que, correria pra todo lado, se juntando mais e mais na casa da Santa... Daí em diante foi aquela confusão que não tinha tamanho... era tiro dos dois lados. A polícia tinha até metralhadora despejando bala. Foram muitos que morreram. (COELHO, 2009, p. 122).

Em outra modalidade destacamos a residência organizada que, para Mendonça (2005), foi impulsionada com a incorporação do Sul de Goiás às necessidades do Centro- Sul brasileiro. Segundo o autor, essa condição se deu pelas alterações nas relações sociais de produção e trabalho dado à influência da ferrovia e à migração de novos colonos para a região. Fato que acarretou na especulação fundiária com o aumento do preço da terra e, por consequência, o deslocamento da agricultura camponesa para áreas mais distantes, levando à perda da terra já trabalhada. Tais condições, aliadas à atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que disseminou a luta contra o latifúndio, insuflou movimentos revoltosos que lutaram pela permanência na terra, como foi o caso da Luta do Arrendo (1948-1952), desencadeada pela categoria dos trabalhadores da terra em Orizona-GO e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1950-1964) no Meio-Norte do Estado. Esses acontecimentos permitem afirmar que a Fazenda-roça goiana foi um período conflituoso e, por isso, lutas foram demarcadas em que os explorados se fizeram resistentes na disputa pela posse da terra e dos seus direitos de existência.

Tais conflitos se intensificaram com o avanço do capital em Goiás pela via da modernização do campo; seu caráter excludente concentrador colocou em curso o avanço do latifúndio e a expropriação do camponês da terra e do seu modo de existir com a transição do rural para urbano. Por outro lado, colocou em cena a (re)existência sertaneja e a ação de grupos organizados impondo-lhes ao modelo capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações sobre a estrutura e a organização da Fazenda-roça goiana nos revela que aquele mundo simples testemunhava o modo pelo qual espaço e tempo medeiam a construção da sociedade brasileira e como essa condição reverbera na realidade sertaneja de

Goiás. A essa altura, aventou-se a necessidade de nos desvencilhar de uma vez por todas da perspectiva que condiciona boa parte da história de Goiás à mística do abandono territorial encampada pela Coroa portuguesa e herdada pelo Império. Não se pode considerar a ideia de um abandono absoluto do colonizador relativo ao Sertão goiano. O contrário é que se mostra plausível: constituíram-se laços de dominação que, a partir da divisão regional do trabalho, incluíram o sertão e o sertanejo na trama colonial premente à consolidação, nos flancos da metrópole, do modo de produção capitalista. Por esse motivo, não se pode concordar totalmente com a tese do isolamento de Goiás e do sertanejo goiano.

A estrutura Fazenda-roça goiana revela componentes centrais que operaram a construção do país como, por exemplo, a efetivação do latifúndio, a força de seu controle, a organização de classes, a importância e o consentimento da violência. Soma-se a isso a cultura patriarcalista, que faz eco com os poderes absolutistas; pelo coronelismo, que mantém, a ferro e a fogo, a posse da terra e a exploração do trabalho como fonte de acumulação.

Disso decorre a ideia de que na Fazenda-roça goiana existiram relações de produção marcadas pela exploração do trabalho, cuja acumulação pode ser evidenciada pela concentração de terras, pelas variadas relações comerciais e pelo poder político dos grandes fazendeiros, que marcou, por exemplo, o “coronelismo” nesse território.

Por fim, considera-se como central neste trabalho, como é central em qualquer outro, o seu sentido político. Ao falar da estrutura, formação, raízes, sociabilidade, organização de classes, poder de e em Goiás – e outros componentes – estamos referindo a uma realidade marcada pela violência do bandeirantismo sobre povos indígenas, também sobre negros escravizados, camponeses cuja terra lhe foi roubada, mulheres simples estupradas, crianças lançadas precocemente em trabalhos semiescravidados.

Referimos também a aglutinações de poder político e força econômica, entre, por exemplo, o fazendeiro e o médico; entre o controle do aparelho jurídico e sua ligação com a hegemonia política e econômica; entre lastros escusos entre os “mandatários” do Estado e os abnegados econômicos. Esta realidade ainda vigora reformulada e abrandada por novas estratégias e novos discursos. No momento em que terminamos esta pesquisa, uma onda neoliberal se apossa das instituições goianas, reprimindo, por certo, qualquer avanço do trabalhador em seus expedientes, como é o caso das OSs da Saúde, da educação, a privatização das estradas e o direcionamento dos créditos para setores hegemônicos da economia goiana, como as grandes indústrias e o agronegócio.

Esta investida, marcadamente na relação entre Estado e território, parece ser uma atualização da luta de classes cuja origem – e cultura – pode ser enxergada na montagem da Fazenda-roça goiana. Tal perspectiva esclarece o nosso lugar político: os nossos trabalhos, as nossas pesquisas e as nossas ações povoam esta situação genética e atual. Mas há esperança e dela fazemos proveitos, como no passado a nova liderança juvenil que assume as ruas, ocupa escolas, dá uma nova cor ao enfrentamento e à resistência que historicamente sempre esteve presente na formação territorial de Goiás.

Cabe destacar nosso apoio e credibilidade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST), que tem atuado fortemente em Goiás. De posse do quadro caótico criado pela modernização do campo, evidenciado no *desespero urbano*, levanta a bandeira de retorno ao campo como forma de dignificar o homem ao lhe devolver a terra. É o complemento das lutas empunhadas pelo movimento em torno a Santa dica, pelos trabalhadores do arrendo do município de Orizona, pelos camponeses de Trombas e Formos, pelos guerrilheiros do Araguaia, que muito lutaram para não chegar a esse quadro. Resta-nos acreditar em sua reversão apoiando a luta atual do MST, lembrando Pablo Neruda: “se cada dia cai dentro de cada noite, há um poço onde a claridade está presa. Há que sentar na beira do poço da sombra e pescar a luz caída com paciência”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*: Ed. Oriente, 1978
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Ed. UFG, 1990.
- BORGES, Júlio César Pereira. *FAZENDA-ROÇA GOLIANA: matriz espacial do sertanejo e do território goiano*. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás, da construção da decadência da modernidade*. Goiânia: Editora da UCG, 2010.
- COELHO, Braz José. *Rastros e trilhas*. Catalão: Kaio Gráfica e Editora Ltda, 2009.
- ÉLIS, Bernardo. A Enxada. In ÉLIS, Bernardo. *Veranico de Janeiro*. RJ: J. Olympio, 1965.
- _____. Moagem. In ÉLIS, B. *Obra reunida de Bernardo Elis*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1991.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, 1876. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/abobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2014.
- ESTEVAM, Luís. *O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de*

- Goiás. 2 ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.
- _____. No Cerrado das Tropas e Boiadas (ensaio histórico – literário). In: GOMES, Horieste (Org.). *Universo do Cerrado*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto alegre: Editora Globo, 1991.
- MARTINS. J. S. *Cativeiro da Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- MENDONÇA, Marcelo. *A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano*. Tese de Doutorado em Geografia-Faculdade de Ciências e tecnologia-universidade Estadual de São Paulo- Presidente Prudente. SP, 2005.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A expansão da fazenda agropastoril como expediente para mobilizar o trabalho e promover a acumulação de capital regional e coronelista nas Minas Gerais da República Velha*. In: Anais do VI Encontro de Pós-Graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2010.
- LOURENÇO, E. *Naqueles morros depois da chuva*. Goiânia. Editora Hidra, 2011.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, IEA/USP, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.
- SANTOS, Lucas Maia dos. *A construção do meio técnico-científico em Goiás: relações de trabalho e luta de classes no setor sucro-energético*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

Recebido em: 29 de setembro de 2016

Aceito em: 18 de dezembro de 2016